

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**

CHARLES FERNANDO MARTINS

**O PROJETO PEDAGÓGICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURIS SEM-TERRA (MST) COMO ALTERNATIVA PARA A
SUPERAÇÃO AO DOMÍNIO SOCIOCULTURAL DO SUJEITO**

**MATINHOS
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

CHARLES FERNANDO MARTINS

O PROJETO PEDAGÓGICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURIS SEM-TERRA (MST) COMO ALTERNATIVA PARA A
SUPERAÇÃO AO DOMÍNIO SOCIOCULTURAL DO SUJEITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Dra. Lenir Maristela Silva

MATINHOS
2014

O PROJETO PEDAGÓGICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST) COMO ALTERNATIVA PARA A SUPERAÇÃO AO DOMÍNIO SOCIOCULTURAL DO SUJEITO

Charles Fernando Martins¹

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo da proposta educacional do MST como possibilidade de rompimento com o domínio sociocultural do sujeito, o qual é subjugado na sua condição social, cultural e intelectual, resultando em uma subalternização econômica. O projeto pedagógico do Movimento do MST construído paralelo a sua luta contra a expropriação da terra, emerge como estratégia de resistência e enfrentamento as condições desumanas de exploração impostas pelo poder dominante. O seu projeto educacional alternativo se contrapõe à educação formal, do Estado, o qual alimenta a lógica capitalista opressora através de conteúdos e metodologias voltadas para perpetuação deste sistema. O que o MST propõe é uma educação dirigida para a consolidação de uma cultura política do direito à terra, do direito a edificar o seu modo de produção social e material. O princípio da educação alternativa tem como pressuposto a intenção da reforma da educação para modificá-la e adequá-la à condição sociocultural de determinado grupo social, contemplando os seus aspectos particulares em busca da garantia de seus interesses, provocando assim, mudanças estruturais na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação alternativa; aspecto sociocultural; projeto político pedagógico do MST.

ABSTRACT: This work presents a study of the essence of the concept of education as a possibility of breaking with the sociocultural domain of the subject, which is subjugated in their social, cultural and intellectual condition, resulting in an economic subordination. The pedagogical project of the MST movement built parallel to his struggle against land expropriation, emerges as a strategy of resistance and confronts the inhumane conditions of exploitation imposed by the dominant power. Your alternative educational project is opposed to formal education, the state, which feeds the oppressive capitalist logic through content and methodologies aimed at perpetuating this system. What is MST proposes an education directed towards the consolidation of a political culture of land rights, the right to build their way of social production and material. The principle of alternative education presupposes the intention of education reform to modify it and adapt it to the sociocultural condition of determining social group and contemplating their particular aspects in pursuit of ensuring its interests, thus causing structural changes in society.

KEYWORDS: Alternative education; sociocultural aspect; educational project of MST.

¹ Assistente Social (CRESS 9450 11ª Região), pós graduando do curso de especialização “Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar” pela UFPR Litoral. E-mail: Charles_fach@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O espaço territorial onde o indivíduo reside, no qual mantém suas relações socioculturais, representa o lugar onde ele constrói sua identidade, seus valores e seus vínculos sociais pré-estabelecidos historicamente de acordo com os fatores determinantes desse espaço, isto é, se constitui enquanto sujeito social através de determinada forma de sociabilidade a qual é conduzida por condicionantes ideológicos².

No que se refere à valorização e manutenção de sua cultura, ou de seus conceitos ideopolíticos que se configuram na forma de conceber o mundo, o método de ensino, bem como todo o conteúdo pedagógico elaborado, se faz relevante para a conservação de seus valores socioculturais. A escola se apresenta enquanto espaço pedagógico de mediação entre a dimensão social e a construção da subjetividade do sujeito.

A educação formal (do sistema), de modo geral, não contempla os aspectos socioculturais do sujeito, desprezando a sua experiência empírica bem como todo o seu conhecimento apreendido no decorrer de sua existência. Historicamente, presenciamos um modelo de escola e ensinamentos padronizados que não contemplam esses aspectos, os quais enfatizam as particularidades de produção social, isto é, as suas especificidades sócio históricas que constituem a diversidade cultural existente.

Essas determinações pré-estabelecidas no currículo escolar evidenciam uma educação massificada e unificada, formando cidadãos moldados em um padrão único de conduta social para perpetuação de uma ideologia opressora, fundamentada na lógica capitalista de produção.

Nesta linha de raciocínio, enfatizamos aqui a escola alternativa³ enquanto instrumento para a valorização do meio sociocultural, no qual o sujeito está inserido, apresentando um estudo que descreva a relevância do processo pedagógico educacional, caracterizado por atender diretamente às demandas sociais específicas dos sujeitos ali instalados.

Compreendemos aqui a constante e veloz transformação do homem na sociedade contemporânea, direcionada pelas suas interações sociais, inerente a condição humana. Desta forma, investigar a que tipo de formação o sujeito está submetido se faz

² Termo aqui compreendido como as formas pré-estabelecidas (muitas vezes inquestionáveis) das instituições sociais para a inerente sociabilidade humana, que atendem a um direcionamento ideopolítico resultando assim a alinhamentos padronizados de conduta social caracterizados por uma natureza adaptativa.

³ Escola alternativa aqui descrita como um espaço de educação não formal, que não segue a linha pedagógica do sistema (regida pelas normativas do MEC/SEED PR), e que contempla um conteúdo pedagógico o qual considera plenamente aos anseios de determinado grupo social, possibilitando assim atender suas necessidades reais.

imprescindível para compreensão de sua conduta, bem como da construção sócio política de uma sociedade.

Para tanto, enfatizamos, neste trabalho, como foco de estudo e exemplificação⁴, a proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que há mais de 25 anos iniciou a construção de um projeto pedagógico próprio do Movimento com um plano de ensino constituído através de seus princípios e valores. Esse projeto pedagógico transporta toda a sua história e realidade, pautando a sua luta em defesa do seu projeto popular e contemplando a cultura do seu povo, sucedendo, assim, distante à submissão, a realização da sua forma de produção e reprodução social e material.

Acreditamos que com este estudo levantamos discussões e análises pertinentes ao tema proposto, apresentando elementos que fundamentem e elucidem a compreensão da importância da existência de escolas alternativas, as quais apresentam conteúdos programáticos de ensino voltados à cultura local do indivíduo, que não podem ser desprezados e ignorados pela educação formal. Assim sendo, que a educação esteja direcionada para a transformação social em busca da justiça e liberdade, e que seja paralelo à possibilidade do sujeito ser protagonista de sua própria história, de se fazer perpetuar a história de seu povo, livre do domínio/opressão, cultural/ideológico.

2. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA VIDA SOCIAL

Para início de análise sobre a temática aqui abordada, se faz necessário a compreensão mínima do que é *educação* e de como é constituída e disseminada nas sociedades. Compreender a essência da conduta do sujeito em convívio na sociedade é compreender qual a forma de educação⁵ foi destinada a este sujeito. E também, compreender a educação formal (tradicional) e os elementos que circundam sua concepção, analisando, assim, como a sociedade está submetido a um modelo de educação que não se correlaciona diretamente com o meio sócio cultural do sujeito, como também não está ligado diretamente aos seus anseios e interesses.

A educação transporta implicitamente um teor sociopolítico, sustentando, assim, as suas finalidades, sendo todo o ato pedagógico um ato político (FREIRE, 2011). E são

⁴ Este trabalho foi desenvolvido através de observação sistemática e da investigação bibliográfica de autores que estudam o Movimento do MST.

⁵ Para fins de melhor elucidar a expressão destacada, “forma de educação” compreendida aqui como sendo o emprego da prática educacional para um direcionamento ideopolítico no que se refere ao seu conteúdo pedagógico e aplicação metodológica, considerando aspectos socioculturais e políticos inerentes a formação do sujeito social. Pontuamos dois modelos, ou tendências pedagógicas mais difundidas, classificados como: **tradicional/conservador**, determinada pela sua característica formatadora, unificadora e tecnicista, e, **progressista/emancipatória** caracterizada pela proposta pedagógica problematizadora e libertadora.

nas relações e interações sociais que este processo ocorre, sendo nas unidades educacionais (escolas) os espaços onde há maior concentração deste processo de cognição de ordem impositiva aos educandos que ali se encontram. Os educandos concebem a educação de forma restrita, limitando-a a um processo de transferência de informação, também por estarem em posição vulnerável no que diz respeito à condição única de acreditarem serem meros receptores de informações, sustentando o que pregam as instituições, ou seja, que o saber é monopólio do educador (professor).

Conforme Paulo Freire expõe, não existe neutralidade por parte do educador, “do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político [...]” (2011, p. 34), isto é, ela não é neutra no que diz respeito às opções de escolhas apresentadas ao indivíduo, o que implica diretamente na sua construção de concepção de mundo, determinando assim a sua conduta frente à sociabilidade apresentada.

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quefazer puro, [...] é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre prática ingênua, uma prática astuta e outra crítica. (Idem, 2011, p. 34).

Partindo desta análise, compreendemos que existe um direcionamento no ato pedagógico, o que implica em um condicionamento do indivíduo, o qual determinará a sua concepção de mundo bem como a forma de pensar/agir neste mundo. A sua subjetividade, construída através destas relações sociais condicionantes e expressada historicamente, é que determina a sua conduta no mundo e “a importância do papel interferente da subjetividade na História coloca, de modo especial, a importância do papel da educação” (FREIRE, 2007, p. 16).

A educação tradicional a qual somos submetidos, compreendida como a educação do sistema (formal), está diretamente vinculada ao projeto capitalista de produção, “[...] sendo que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25), ensejando, assim, a manutenção e perpetuação da lógica capitalista dominante.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

A formação da consciência do sujeito se constitui através desse “quadro de valores” os quais são impostos pela ideologia do poder dominante, ou seja, o conteúdo

desse conjunto de valores é apresentado ao indivíduo desde o primeiro momento de sua inserção à sociedade, no início de sua vida. E esses valores são legitimados durante toda sua existência através das instituições sociais, ou, todos os aparelhos ideológicos do Estado⁶.

A educação se dá em um processo. O indivíduo ao ser projetado no mundo é inserido em um conjunto de relações sociais pré-estabelecidas historicamente e, a partir daí, capta a realidade aparente internalizando suas representações em sua mente, sendo estas representações por ele julgadas como absolutas e imperiosas, constituindo, assim, a sua consciência e construindo sua concepção de mundo (IASI, 2011, p. 12 – 15). Deste modo, “consciência e mundo não pode ser entendidos separadamente, dicotomizadamente, mas em suas relações contraditórias [...]” (FREIRE, 2007, p. 16).

Na sua condição de ator coadjuvante, ou de mero espectador, por ser projetado em uma sociedade pré-estabelecida, sua possibilidade de imposição crítica é solapada, dando lugar a uma condição de alienação e adaptação ao que lhe é apresentado. Não resta muita alternativa no que concerne ao fato de toda a sociedade ser dominada por um poder hegemônico que tem por objetivo manter o *status quo* para preservação dos seus interesses, resultando, assim, na perpetuação de um sistema fundado na exploração e no domínio social, cultural e intelectual. E o ensino tradicional tem esta prerrogativa, de formar cidadãos para contribuírem unicamente com a manutenção desse sistema, legitimando uma condição de subalternização, sendo cada sujeito mais uma peça que movimenta a máquina de produção capitalista, programada a produzir graus de desproporção social.

[...] a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda *ex-officio* e *autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35, grifo do autor).

A educação transporta em sua essência uma natureza que implica em considerar os aspectos socioculturais, o que culmina automaticamente em uma adaptação, sendo inerente a sociabilidade humana, pois qual seja a sua etnia, existirá sempre um conjunto de valores, símbolos, crenças, leis e costumes a serem seguidos.

Assim como proclama ADORNO (1995, p. 143), “a educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo [...]”. Com essa afirmação, compreendemos que a educação tem uma função de enunciar conhecimentos capacitando o sujeito para a vida, como também

⁶ [...] Consideram como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições: religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc) e cultural. (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

de moldar em um padrão sociocultural e ideopolítico já existente, condicionando o indivíduo a seguir e dar continuidade ao modelo de vida social já construído, conservando os costumes e valores de determinado grupo social.

O pressuposto ideológico da educação está ligado diretamente à preservação da cultura de determinado grupo social⁷, decorrente de um processo cultural acumulativo, asseverada pelo projeto pedagógico local, e ou, pelos valores ali conservados. Assim, determinando a concepção de mundo como também agindo na limitação ou estimulação da ação criativa do indivíduo, isto é, condicionando o seu pensar/agir no mundo, o que implica também no alinhamento de sua conduta social⁸.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura (LARAIA, 2008, p. 68).

Nesta linha de raciocínio, a manifestação cultural também se apresenta atrelada aos aspectos impostos pelo poder dominante, o qual está em consonância ao modo de produção vigente, que predetermina o pensar/agir das pessoas no mundo. Contudo, esta afirmação não pode ser um pressuposto explicativo para aceitação ao modelo de comportamento pré-estabelecido, legitimando uma conduta alinhada a uma característica resignante e conformista, é preciso “[...] compreender a cultura enquanto uma dimensão dos processos de formação de novos sujeitos sociais e como parte de determinadas formas históricas da luta de classes” (CALDART, 2004, p. 38), pois, o/a homem/mulher no mundo se transforma através de suas relações sociais, podendo romper com todo e qualquer modelo de formação social (pautado em determinados valores) se percebendo assim um sujeito inconcluso e inacabado, conforme explicação de FREIRE (1979, p. 27).

[...] Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.

⁷ Partimos da compreensão de que a cultura é desenvolvida por uma determinada etnia, esta, que é composta por um grupo social em determinada localidade, podendo coexistir em uma mesma nação (o que pressupõe que em um país com as mesmas leis, o modo de vida é diferente) diversas etnias com culturas diferentes, ou seja, modo de vida, costumes, crenças, ideias e valores éticos diferenciados.

⁸ Não há pretensão neste trabalho o estudo e aprofundamento no campo da ciência antropológica, contudo, enfatizamos que a antropologia social está vinculada diretamente ao desenvolvimento da educação, portanto, a *cultura* contribui para a caracterização de determinado grupo social, a qual é constituída através da educação, situada como forma de *transmissão cultural* (LARAIA, 2008).

Essa cultura desenvolvida em cada grupo social não é estática, o sistema sociocultural está sempre em transformação, contudo, as transformações muitas vezes são determinadas por um poder o qual domina ideologicamente toda a sociedade.

O entendimento da concepção de educação e suas implicações se tornam claro a partir do momento em que nos atermos à compreensão de sua essência e aplicação, a autocrítica da conduta social, e sendo esta padronizada, se faz imprescindível para a tomada da consciência social.

3. O PROJETO EDUCACIONAL DO MST E O SEU PROCESSO HISTÓRICO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social composto por camponeses e agricultores. Surgiu pela necessidade de lutar pela própria sobrevivência, pela resistência ao domínio sociocultural⁹ na preservação de sua cultura, e pela construção de um projeto popular voltado aos interesses desta classe. Esta luta pelo direito de trabalhar na terra é registrada em todo processo de formação de nosso país, do desenvolvimento do modo de produção escravocrata ao capitalismo, caracterizada pela resistência dos povos nativos à exploração e dominação do colonizador europeu (FERNANDES, 2000; CALDART, 2004).

Decorrentes das políticas de controle à questão agrária, as quais priorizavam a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa no período da ditadura militar, foram-se intensificando manifestações de revolta e surgindo movimentos contrários a essas políticas em vários Estados.

No fim da década de 1970, iniciou-se um movimento de ocupações que se acirrou no começo da década de 1980. Essas ocupações foram contínuas em um determinado período de tempo, resultando em uma reflexão sobre os resultados destas ações, bem como na existência de um movimento de enfrentamento às condições de exploração apresentadas.

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua gênese não pode ser

⁹ Para esclarecimento do termo empregado referente à emergência de novos fatores sociais e culturais, tomamos por referência a definição da autora CALDART (2004, p. 30, grifo da autora) “[...] produção histórica de um conjunto articulado de significados que se relacionam com a *formação do sem-terra brasileiro* enquanto um novo sujeito social, que se constitui também como um novo *sujeito sociocultural*, estando nesta condição uma das dimensões importantes da sua força política atual [...]”.

compreendida por um momento ou por uma ação, mas um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos (FERNANDES, 2000, p. 50).

Foi então, em 1984, que estes trabalhadores rurais decidem fundar o MST em um encontro nacional em Cascavel, no Paraná, concentrando três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 9).

O MST sempre se preocupou na capacitação de seus professores e educadores para adquirirem habilidades, atendendo, assim, as necessidades do Movimento. Desde 1984, o MST luta pela garantia de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade nos acampamentos e assentamentos. O Movimento compreende que a educação é contínua e precisa ser direcionada a fomentar o pensamento crítico para o sujeito se posicionar a partir da sua realidade:

A democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a reforma agrária no processo de consolidação da democracia [...]. A educação acontece de maneira permanente, em um movimento continuado de formação das pessoas. Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, é desafiar a interpretar a realidade, elevando o nível cultural. É criar condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos (Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 23).

A percepção da necessidade da existência de uma escola para o Movimento emerge pela dificuldade das crianças e adolescentes conseguirem alcançar a alfabetização e escolaridade mínima (por viverem em acampamentos e assentamentos). Paralelamente, se percebeu a necessidade de organizar e construir um projeto pedagógico voltado para os interesses dos trabalhadores rurais, o qual contemplasse todos os seus valores e ideias para a conquista do seu projeto popular, para adquirirem consciência pelo Movimento de classe, garantindo a luta e resistência, para não se entregarem ao modelo de produção dominante, conforme expõe a autora Rosana Mara Chaves Rodrigues (2007, p. 9):

A educação pensada pelos Sem Terra visa ao mesmo tempo garantir o acesso de todas as crianças à escola, como também de uma escola transformada, com uma nova ideia de educação, em que ele não seja somente sinônimo de aula, de conteúdos e obediência, mas que seja um espaço que possa permitir aos educandos e educadores a não aceitação passiva do fatalismo da reprodução social.

Cabe ressaltar também que a construção de um projeto pedagógico próprio do Movimento ocorreu, do mesmo modo, por conta da perseguição que as crianças e adolescentes sofriam quando conseguiam se matricular em alguma instituição escolar tradicional, sofrendo ali todo tipo de preconceito pela sua condição de filhos de lutadores e lutadoras do campo. Deste modo, desperta à percepção para a constituição de

educadores do Movimento com formação em cursos como pedagogia, letras e magistério. Por conseguinte, já ascende à reflexão de como pode ser a escola desejada, qual a metodologia a ser aplicada que atenda aos propósitos do MST.

Hoje o MST tem 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo Brasil e conta com cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos, além das Escolas Itinerantes as quais acompanham os acampamentos que não tem localidade fixa (Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 23 e 24).

A escola do MST é fruto de um conjunto de experiências acumuladas historicamente com conquistas e derrotas, sendo possível dizer que o projeto educacional cresceu e se germinou concomitantemente a essas experiências, sendo imprescindível a implantação e manutenção de um projeto pedagógico próprio do Movimento, o qual contribuiu também para a formação da identidade de um novo sujeito social, garantindo a perseverança na luta para a conquista de seus interesses.

Diante das circunstâncias apresentadas em que o projeto educacional brasileiro é construído, não se necessita muito esforço para compreensão da ascensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra bem como da existência de um projeto pedagógico próprio, pois os trabalhadores rurais sempre existiram, o que impulsionou a gênese de um Movimento organizado foi a forma excludente e dominadora que os latifundiários e burgueses os trataram, ou seja, foram expulsos de suas terras arrancando-lhes o direito de nela trabalhar. Bem como pela contundente opressão que esses trabalhadores foram e são submetidos, assim como manifesta CALDART, (2004, p. 94) “[...] os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sócio-política dada, através do ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao movimento e sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda hoje [...]”.

Através do seu projeto pedagógico, o MST se legitimou enquanto Movimento Social, projetando alcançar a plena emancipação. Isso distante ao que proclama o Estado, pois este não direciona nenhuma atenção em benefício ao Movimento, e, sim, favorece o poder dominante com políticas protecionistas voltadas para o grande latifúndio.

Ao realizar esta abordagem em relação à educação para a formação de um povo, como já exposto neste trabalho, é indispensável à compreensão do conceito de educação, bem como a compreensão do sentido sociocultural deste povo, sempre pontuando os elementos culturais existentes. O que ressaltamos é que o conceito de educação vai além de um sentido único de aprendizado, como um produto ou como uma forma pronta de conteúdos elaborados distante à realidade do sujeito, não contemplando o seu meio sociocultural, bem como, sua dimensão sociopolítica.

Através desta compreensão e conforme a narrativa dos autores (as) estudados, o próprio decurso de construção do MST é um processo educativo, pois se constituiu através dos processos de transformação social, ou seja, amadurecendo através das experiências vividas no decorrer de sua existência. Sendo que a educação é pensada “[...] como um processo social que acontece através das próprias relações que o constituem [...]” (CALDART, 2004, p. 84). Logo, compreendemos que a educação se desenvolve na dinâmica destas relações sociais, gestada pelo movimento social em questão (MST) o qual transporta no seu aspecto sociocultural os elementos significativos para o desenvolvimento de seu projeto popular na garantia de sua existência como sujeitos protagonistas de sua própria história.

[...] a discussão que vincula hoje educação e movimentos sociais, além de recuperar uma matriz pedagógica originalmente constitutiva da própria pedagogia, traz novas dimensões a ela, transformando-a. A própria ideia da prática social como princípio educativo, à medida que é interpretada desde a realidade de um movimento social concreto, enriquece-se de novos sentidos e formula novas questões à Pedagogia (Id. Ibid., p. 83).

O MST é detentor de teorias e práticas pedagógicas construídas para a população camponesa, as quais contribuem para contemplar os seus interesses. Esta composição educacional culminou na manutenção de um movimento social bem como na construção de um novo sujeito social. A educação neste aspecto é reconhecida como instrumento de formação humana (CALDART, 2004, p. 316 – 317). Neste sentido, ressaltamos também as reflexões de FERNANDES (2000, p. 223):

As escolas de assentamentos e acampamentos devem ser espaços de formação humana dos sujeitos que as conquistam. Não podem ignorar as suas lutas e resistências, negando a compreensão das condições de existência daqueles que fazem a escola. Desse modo, a luta pela educação é também um desafio para os sem-terra. Porque não basta lutar pela escola, é preciso construí-la, no sentido de elaborar experiências pedagógicas voltadas para as suas necessidades e interesses. Assim como a luta pela escola é uma dimensão da luta pela terra, a educação é um setor de atividade do MST.

A educação no MST já foi, assim como ainda é, muito questionada e atacada pelos órgãos que regulam a educação formal no Brasil. O Ministério da Educação – MEC, não aceita a existência de outro modelo de educação para formação das pessoas, sejam elas rurais, indígenas, camponeses, agricultores, ou qualquer outro tipo de povo existente em território brasileiro¹⁰. Isso ocorre porque existe demasiada preocupação em preservar a ordem vigente, sabendo que esta educação se diferencia por proporcionar que o educando se posicione politicamente através da sua própria realidade social.

¹⁰ Sobre o fechamento de escolas do campo pelo MEC, indicamos algumas matérias que melhor expressam esta realidade, onde estas manifestações foram mais expressivas no ano de 2011: <http://www.mst.org.br/campanha-fechar-escola-e-crime-mst> / <http://www.mst.org.br/node/12374> / <http://www.mst.org.br/Pesquisadores-debatem-o-fechamento-das-escolas-no-campo-na-UERJ> / <http://www.mst.org.br/node/15809> (extraído em 01 de Nov. de 2014).

4. A EDUCAÇÃO ALTERNATIVA COMO FORMA DE VALORIZAR O MEIO SOCIOCULTURAL DO SUJEITO

O que buscamos neste trabalho é enfatizar a educação como forma de desconstrução das relações sociais injustas pautadas em condições de submissão entre as classes sociais, constituídas a partir de processos pedagógicos que legitimam a existência e manutenção de um modelo de sistema que favorece pequenos grupos sociais em detrimento de outros.

Essa desconstrução, na prática, se dá pelo rompimento ao domínio sociocultural e intelectual, possibilitando que estas classes oprimidas não se submetam às imposições socioculturais e ideopolíticas alheias a sua realidade, ou seja, que sejam de fato sujeitos sociais constituídos a partir de sua própria realidade, se libertando de todo e qualquer domínio e exploração, resultando em uma transformação social.

A educação popular alternativa visa desconstruir a ideia de existência de uma ordem hegemônica opressora, na perspectiva de construção de uma nova ordem contra hegemônica da classe trabalhadora, direcionando estes trabalhadores a uma consciência crítica para assumirem o controle de suas ações, no enfrentamento das circunstâncias injustas estabelecidas modificando o curso de sua trajetória, transpondo a condição de submissão para a condição de seres humanos emancipados, detentores de direitos e autores de sua própria história.

[...] A humanidade não pode escolher as circunstâncias e a base material sobre a qual constrói as alternativas de seu desenvolvimento, mas pode agir sobre essa base que não é de sua escolha e alterá-la, deixando-a radicalmente transformada para as gerações futuras [...]. A emancipação humana exige que os seres humanos assumam o controle consciente de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto de uma ação humana. (IASI, 2011, p. 68 e 69).

Quando falamos em “valorizar” o aspecto sociocultural de determinado grupo social, automaticamente pressupõe-se que, de alguma forma, ele é desvalorizado, e sua desvalorização se dá pelo fato de não atribuir a esse aspecto reputação e merecimento significantes no que concerne à formação do sujeito, sendo esta formação alheia à sua realidade. Se estes aspectos não são considerados, não há possibilidade de construção de sua identidade sociocultural, conseqüentemente, emergirá o domínio ideopolítico culminando na exploração e subalternização e até destruição destas culturas.

Como já expressamos aqui, com a educação tradicional, do sistema, seria impossível que o MST alcançasse a sua emancipação. Sendo a educação um processo cognitivo contínuo, pontuamos que a formação do MST não se esgota na escola, mas a

formação deste povo ocorre no dia a dia, na manifestação cultural, no trabalho, e principalmente nas lutas que travam contra a opressão do latifúndio.

A condição historicamente marcada pela opressão e subalternização vividas pelo MST foi à mola propulsora que impulsionou o movimento a uma organização elaborada para a construção de um projeto popular para reforma agrária e valorização do produtor camponês. A educação se apresenta ao MST como um instrumento para a resistência na luta para a construção de seu projeto popular. No enfrentamento das oposições apresentadas não há outra forma de combater o domínio ideopolítico e sociocultural senão com uma educação a qual contemple fecundamente os interesses deste grupo social. Conforme destacamos no início do texto, a educação é essencialmente política, e, por isso, direciona o indivíduo a pensar e agir conforme o que lhe foi apresentado.

Compreender como ocorre o processo educacional de determinado grupo social para assim partir para uma análise que subsidiará as interpretações da subjetividade humana bem como a compreensão das condições estabelecidas, é a base para compreensão da atuação do homem no mundo. Vivemos em um mundo marcado pela desigualdade, preconceito, intolerância, onde a incapacidade de aceitar ou apenas conviver com o diferente provoca nas pessoas propensões a violências generalizadas, sendo que isso é construído socialmente, pois ninguém nasce odiando outra pessoa pela sua diferença étnica, cultural, religiosa, social, racial ou sexual.

Os indivíduos são historicamente e socialmente constituídos por um projeto educacional que assevera essas diferenças, pois tem como objetivo principal a preparação do aluno para este assumir papéis na sociedade, e não para se desenvolver enquanto ser humano. Por conseguinte, não existe esforço algum para o indivíduo romper com estas condições, sendo que ele delega o seu pensar à classe dominante, manipulado por todos os aparelhos ideológicos do Estado, incapaz de buscar outras formas para construir sua concepção de mundo.

A proposta pedagógica do MST se torna contra hegemônica a partir do momento em que se contrapõe aos interesses do poder dominante, se rebelando contra uma ordem estabelecida. A educação para o Movimento do MST se apresenta como um instrumento de manutenção da sua luta, contundente e indispensável suporte para construção do seu projeto pedagógico.

Para melhor expressarmos a análise do estudo proposto, apresentamos um quadro síntese da constituição do MST e do seu projeto educacional¹¹:

QUADRO SÍNTESE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO DO MST	
Causa e aspectos da gênese do Movimento	Situação econômica e social degradante criada pelas transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70 (aumento brusco da concentração da propriedade da terra e do número de trabalhadores rurais sem-terra)
Fatores ou elementos que contribuíram para a gênese do Movimento	Surgimento da Pastoral da Terra - contexto político no período, momento histórico forte no processo de redemocratização do país - tradição ou costume, herdeiros do processo histórico e resistência e de luta do campesinato brasileiro.
Elementos que contribuíram para o início da educação escolar do MST	Contexto social objetivo do MST em dissonância com a realidade educacional do país; preocupação das famílias sem-terra com a escolarização dos seus filhos; iniciativa de mães e professoras em levar adiante a preocupação da educação escolar nas famílias sem-terra; características próprias do MST que produziram condições para que uma necessidade das famílias fosse transformada em tarefa da organização.
Aspectos do processo de elaboração da proposta pedagógica	Programa de formação de educadores e educadoras (métodos das oficinas de capacitação pedagógica) - identidade partilhada pelas escolas do MST com as escolas do campo - ampliação do conceito de escola (é vista não apenas lugar de aprender a ler, escrever e a contar, mas também de formação dos sem-terra como trabalhadores, como militantes, como cidadãos, como sujeitos).
Princípios da educação	Processos organizativos, econômicos, políticos e culturais vivenciados pelos sem-terra no conjunto do MST.
Objetivo da escola	Geradora e produto do trabalho do MST, construção de uma nova cultura política. Adequar necessidades individuais ao meio, propiciar consciência de classe. Instrumento de formação e emancipação, contrapondo o que o Estado coloca como proposta de educação.
Conteúdos de ensino	Estabelecidos pela história e experiência do Movimento.
Métodos	Processos socioculturais que possuem componentes educativos ou formadores decisivos na constituição da identidade dos sem-terra do MST.
Bandeiras defendidas	Reforma agrária (articulação e organização da luta pela terra) - Cultura (educação, a valorização dos saberes populares) - Combate a violência sexista (violência de gênero, sobretudo sobre as mulheres) - Democratização da comunicação (direito do povo organizar seus próprios meios de comunicação social) - Diversidade étnica - Sistema político (possibilidade de participação e decisão direta da população) - Soberania Nacional e Popular - Saúde Pública - Desenvolvimento Social.
Característica central do Movimento	Caráter heterogêneo (popular), movimento de massa, político social (todos que se disponibilizem a lutar pela reforma agrária pode participar do Movimento).
Pressupostos de Aprendizagem	Possibilidade de construir e produzir saberes a partir da sua realidade.
Vivências socioculturais no processo de formação	A ocupação da terra, o acampamento, a organização do assentamento, o ser do MST e a ocupação da escola.

¹¹ As informações extraídas para construção deste quadro síntese foram obtidas das obras dos autores já mencionados neste trabalho (CALDART, 2004; FERNANDES, 2000), como também, do site oficial do MST www.mst.org.br (em 01 e 02 de Nov. de 2014).

Base da formação dos sem-terra	Enraizamento projetivo (enraíza as pessoas e lhes possibilita um projeto de futuro) significa afirmar que o MST proporciona aos camponeses a condição de vincular-se novamente a um passado e a uma possibilidade de futuro.
---------------------------------------	--

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do intuito de estudo e da proposta apresentada neste trabalho através das referências autorais estudadas, suscitamos uma indagação importante para problematização desta temática. Em que medida a educação alternativa contribui para a valorização do meio sociocultural do sujeito? A resposta pode muito bem ser encontrada na existência do Movimento do MST hoje, conhecendo a sua organização não restam dúvidas que o MST se constituiu e se legitimou enquanto movimento social e sujeito pedagógico através do seu próprio plano educacional.

A educação tem um papel fundamental neste processo, pois ela que projeta no indivíduo a forma do pensar/agir no mundo. Para tanto, a educação alternativa se apresenta como ferramenta necessária para o embate à educação tradicional, e são essas tendências pedagógicas que apontam as contradições sociais e possibilita que o indivíduo possa refletir sobre a sua real condição social, conhecendo a estrutura injusta na qual esta pautada toda a desigualdade no mundo.

O projeto educacional do MST se apresenta como um instrumento de resistência e oposição à ordem estabelecida, somente sendo possível manter a luta contra hegemônica para sobrevivência e desenvolvimento destes trabalhadores rurais através da sua organização, que tem como eixo central a educação para emancipação. Através do seu projeto pedagógico é possível desconstruir o modelo educacional tradicional vigente, provocando mudanças estruturais.

É com a prática da educação alternativa que emergem possibilidades concretas para provocar essas mudanças, que são substancialmente importantes para o processo de construção de um projeto popular que tem como base a justiça social.

O que pautamos e enfatizamos é que a existência de um poder contra hegemônico somente é possível através da educação, quando esta é direcionada para a consciência crítica. O Estado se coloca a favor do poder dominante, responde aos interesses de uma minoria que controla ideologicamente toda a sociedade através de seus aparelhos institucionais ideológicos. Se existe uma arbitrariedade cultural, conforme alguns autores destacam, é para solidificar a resistência e a luta, na construção de uma nova cultura política.

*“[...] Temos nossa própria escola
Respeitada e reconhecida
Formando novo cidadão
Preparado para vida
Fazer parte dela
É uma emoção
É sentir o coração batê
Essa escola de qual eu falo
É a Itinerante, conquista do MST
Falta unir campo e cidade
Se queremos transformar
Unir forças para não ter perigo
Os nossos inimigos vamos derrubar”.*

*“Pedro Francisco Bagatin (educador Brigada Teixerinha
– Cascavel – PR) dezembro de 2008”.*

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1991).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. [Tradução Wolfgang Leo Maar]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Edições Graal, 2. ed. 1985.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed. (2007). Rio de Janeiro – RJ. Paz e Terra, 1979.

_____. Paulo. **Política e Educação**. 8. ed. Indaiatuba, SP – Villa das Letras, 2007 (Coleção Dizer a Palavra).

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. 22. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MÉSZARÓS, István. **A educação para além do capital**. [tradução Isa Tavares]. – 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST, Secretaria Nacional do. **MST: Lutas e Conquistas**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Cartilha. São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Rosana Mara Chaves. **O projeto pedagógico do MST: a experiência em escolas de Vitória da Conquista**. EDUFBA, 2007.